

Poder e Impotência de Deus

Experiências de sofrimento e e Libertação em Israel

Erhard S. Gerstenberger

Tornou-se quase impossível — é assim que eu avaliaria o estado atual da pesquisa — resumir e colocar sob um denominador comum as variegadas afirmações das tradições vétero-testamentárias. Elas simplesmente são multifacetadas e contraditórias demais. O exegeta que pensa haver descoberto a linha mestra, o centro do Antigo Testamento ou sua estrutura teológica fundamental se defronta de imediato com uma fileira de colegas do ramo que asseguram dispor de uma planta melhor para construir o edifício de uma teologia do Antigo Testamento.

O que podemos fazer nessa situação? Nós podemos — e isto é uma tarefa sumamente gratificadora — descrever e meditar as diversas correntes do pensamento teológico vétero-testamentário, correntes essas que são paralelas, se cruzam, se emaranham umas nas outras. Isso é teologicamente salutar para nós, pois assim nossos esboços teológicos — às vezes terrivelmente unilaterais — são questionados e corrigidos. Nós devemos, sim, precisamos continuar a levar até os antepassados de nossa fé e de nossa cultura perguntas específicas e pertinentes de nossa existência. São perguntas que nos afligem e que seguramente foram respondidas de maneira diversificada também já no decurso da milenar história vétero-testamentária. É claro que o que arrolarmos em termos de respostas do Antigo Testamento não deverá ser copiado ou utilizado como modelo estereotipado de fé e comportamento. No entanto, nós podemos — e precisamos — confrontar-nos, no chão de nossa realidade, com as respostas diversas de nossos antepassados espirituais. É isto o que exige nossa existência dotada de consciência histórica. Os seres humanos não são efêmeros como as moscas: eles vivem necessária e conscientemente a partir de seu passado.

Hoje queremos refletir — tanto quanto o permite o breve espaço à nossa disposição — sobre a questão do poder e da impotência de Deus em confronto com testemunhos do Antigo Testamento. Para nós, seres “modernos”, o problema se coloca primariamente pelo fato de que certos grupos, nações e alianças dispõem de meios de poder enormes e em constante crescimento, enquanto que outros agrupamentos se afundam em dependência impotente. Acumulação de poder acontece sempre através da subtração de poder do outro lado. Acumulação de poder quase sempre resulta em alucinação e abuso de poder. Hoje em dia, o medo de Deus ante os seres humanos que queriam tomar de assalto o céu em Gn 11 parece perfeitamente justificado. A torre de Babel está prestes a ser concluída, a árvore do conhecimento **está** pilhada (Gn 3), em todo o caso no tocante ao conhecimento tecnicamente aproveitável. O ser humano, ou melhor: todos os grupos e camadas que participam do poder são vítimas de um infantil delírio de onipotência (H. E. Richter), mesmo que, aqui e ali, tremam de medo ante as conseqüências da ação humana que vão tomando forma. O delírio de onipotência, porém, busca uma legitimação superior — divina, se possível —, e, não raro, as reivindicações de poder por parte de associações políticas, econômicas, culturais e religiosas são, ainda hoje, reforçadas com o argumento de que contam com o apoio divino.

É, pois, na experiência imediata da vida que aflora, para nós, de forma monstruosa e apocalíptica, o problema do poder. Nosso mundo está à mercê de poderes que não mais podemos denominar com exatidão. Eles nos agitam em torvelinho, muitas vezes ao ponto do colapso psíquico e físico. Ao mesmo tempo, contudo, todos nós administramos porções — menores ou maiores, sobras ou antecipações — desses poderes anônimos, mesmo que pertençamos a grupos menos privilegiados, mesmo que você seja estudante ou mulher. Deixando de lado, por um instante, o aspecto de coerção presente no poder, podemos dizer: Todos nós somos acionistas do diabo. — Como é que nos portamos na qualidade de vítima ou/e aliados dos poderes que governam nosso mundo? Esta é a temerosa pergunta que trazemos conosco ao lermos os textos do Antigo Testamento. E mais: que experiências fizeram israelitas — em épocas diversas e a partir de posições diversas — com senhorio humano e divino? Podemos ainda entabular um diálogo significativo com eles? Ao fazermos isso, de fato teremos que visar sobretudo o ponto em que, já nos tempos antigos, o poder divino e o humano confluem.

A. Da palavra à coisa designada

O que nos diz a palavra “poder” em nossa língua? Originalmente — como se pode depreender facilmente de seu antônimo “impotência” e confirmar consultando o dicionário —, ela transmitia a noção de “força”, “vitalidade”, “capacidade de se impor”, principalmente de indivíduos. Entretanto, já nos inícios da era científica o conceito estava de tal modo associado ao exercício de tarefas sociais de liderança, que deixou de estar à disposição da linguagem neutra e objetivizante da ciência. Por isso, na física e na química se recorreu a designações mais isentas de valoração — tais como força, energia, valência, atração, etc. — para qualificar a influência de um objeto sobre outro. Corpos mortos possuem massa e gravidade, mas não possuem poderio*. A água e o fogo são poderosos unicamente na linguagem poético-mitológica, e a energia elétrica é medida conforme a tensão, intensidade e potência, mas de forma alguma em termos de poder**. Nós mesmos nos locomovemos em paisagens cada vez mais escalvadas com o auxílio de combustíveis, que são substâncias de força, não de poder***.

Ao ingressar no âmbito sócio-político, a palavra “poder” chegou à zona do equívoco que é simplesmente característico para a convivência humana. Existe um ditado em alemão que diz “O que é coruja para uns é rouxinol para os outros”. Na convivência e no confronto entre as pessoas, em especial sob a pressuposição de uma distribuição de papéis estereotipada e tradicional, absolutamente tudo pode ser visto de ângulos diversos. Todo para-o-outro chega alguma vez ao ponto do contra-o-outro; não há bem que não tenha o seu mal. Assim, por um lado, o poder se torna instrumento natural e legal de liderança e domínio; por outro lado, instrumento temido de opressão e exploração. Por conseguinte, não podemos falar de “poder” abstratamente ou com neutralidade. A honestidade científica e teológica nos obrigam a, em cada caso, nos tornarmos conscientes de que lado meditamos e julgamos os fenômenos do poder: a partir de cima, da posição de quem detém o poder, ou a partir de baixo, da posição de quem está desprovido de poder. Neste ponto dificilmente teríamos dificuldades fundamentais de entendimento com nossos parceiros de diálogo do Antigo Testamento. Nele, como logo veremos, o poder é sempre partidário, sempre age a favor de alguém e contra al-

* N. do T.: Aqui o autor utiliza um jogo de palavras: “Corpos mortos possuem massa e **Schwerkraft**, mas não possuem **Schwermacht**.”

** N. do T.: **Mächtigkeiten**, no original.

*** N. do T.: Outro jogo de palavras: combustíveis são **Kraftstoff**, não **Machtstoff**.

guém. Talvez os antigos israelitas ficariam extremamente admirados com o fato de que, apesar de inumeráveis declarações meramente formais, repetidas por séculos, em favor da humanidade toda, da ecúmena, de valores de validade geral e de verdades teológicas abrangentes, no final do século XX depois de Cristo ainda se pensa e se age de modo tão arcaicamente egocêntrico, particular, sexista, nacionalista, confessional, racista.

No entanto, contra a separação da natureza do jogo universal de forças os nossos parceiros do Antigo Testamento protestariam em coro. Para eles, como está expresso de forma imponente no Sl 104, tudo o que existe pertence à grande casa de Deus. As águas do caos, amansadas, precisam fecundar a terra. As plantas, os animais e os seres humanos vivem um ao lado do outro, não sem tensões, porém fundamentalmente em paz. "Os olhos de todos esperam por ti, Senhor, e tu lhes dás seu alimento a seu tempo" (Sl 104.27). Cada ser tem seu lugar, seu tempo, sua força e habilidade. Ao ser humano é indicado o trabalho diurno no campo para assegurar seu sustento. Além disso, é-lhe indicada sua casa, na qual está a salvo dos leões, os senhores da noite que são superiores a ele. Aí nada há a descobrir daquele desencantamento do mundo que, supostamente, na época do iluminismo israelita, teria extinguido o relacionamento do tipo eu-tu com a natureza e o meio ambiente. Gerações de leitores da Bíblia compreenderam de maneira errônea especialmente a incumbência de domínio (Gn 1.28; cf. Sl 8), dada pelo criador à sua criatura "suprema", como se, com isto, todo o mundo não-humano tivesse sido degradado e depotenciado à condição de matéria prima para processos humanos de produção. É provável que mais tenham introjetado nos textos sua compreensão tecnocrática moderna do mundo do que descoberto sentido original neles. Com quanto esforço nós hoje precisamos fazer com que a natureza assim rebaixada à condição de material volte ao jogo de forças da vida! Helder Câmara, o cristão sensível que colocou seu poder coerentemente a serviço de tudo o que é sem-poder, sabe que força e honra não devem ser restritas às estruturas humanas de poder:

Querem consertar minha calçada.
 Eu nem mesmo tinha percebido
 que ela se afundara.
 Eu acho bonito
 aquele pouco capim
 que cresce nela.

Como vou fazê-los compreender
 que ele é muito mais bonito
 e mais vivo
 do que o cimento frio
 que os amigos me oferecem?
 Se o cimento vencer,
 ele se transformará em túmulo
 com a invisível inscrição:
 "Aqui jaz
 o capim mais vivo,
 mais obstinado,
 mais inteligente
 de toda a região!"

Segue-se um relance sobre alguns poucos conceitos e noções relacionados com o assunto em pauta, com a finalidade de arredondar e contrapontear o que já dissemos. Dentre os numerosas termos hebraicos para designar fenômenos de força, violência, poder e domínio, alguns certamente percorreram um caminho — do significado pessoal para o social — que é comparável ao que constatamos em relação à palavra "poder". Isto é de todo evidente no caso das palavras que, originalmente, designam partes do corpo que exercem poder, como **jad**, "mão", e **zeroá'**, "braço". Ambas assinalam, em emprego simbólico, o poder de dispor de, tanto em bom quanto em mau sentido. Em Is 59.16-19 Javé "se ajuda a si mesmo com seu próprio braço", "veste a justiça como uma couraça" e se arma cuidadosamente para a luta de libertação por Israel. Em versão secularizada, a expressão "braço forte" continua viva nos cânticos do movimento operário; os príncipes preferiam simbolizar seu poder através do cetro e da espada, e não através do punho nu e da força bruta dos músculos. — Dois outros conceitos hebraicos, **ko^{ah}** e **'oz**, designavam originalmente a força vital natural. Mais tarde, no contexto das mais altas ordens sociais, transformam-se em símbolos de poder dominador. De forma muito típica, esses termos se juntam, no nível agora alcançado, a toda sorte de termos para designar esplendor e glória, honra, renome, prodígio, grandeza, santidade e toda a chusma de reivindicações e atributos majestáticos.

Todavia, no que diz respeito à substância, ao alcance e ao conteúdo dos termos mencionados e, de um modo geral, do discurso sobre poder no Antigo Testamento, dificilmente ficaremos surpresos com o fato de deparar realmente com toda a gama de coisas e entidades. Nas des-

crições de teofanias, p. ex. (cf. Sl 18.7-15; 50.2-6; 114.3-7; Hc 3.2-12), e nos assim chamados salmos de entronização (Sl 47; 93; 96-99), o mundo todo está em reboição. Javé vem! As montanhas têm medo, as águas fogem e se escondem; os rios batem palmas; mares e árvores rejubilam; povos se submetem. Ou: atravessando as formas humanas de sociedade, predominam determinadas estruturas de poder, tradicionais e recém inventadas, patriarcais, urbanas, tribais, monárquicas, sacerdotais, formando um colorido de competência e reivindicações que se entrecruzam umas com as outras. Vimos que para “baixo” incluem-se animais e plantas, campos e pedras. Na outra direção, para “cima”, as testemunhas do Antigo Testamento vêem, em múltipla gradação, uma hierarquia de demônios, seres míticos, poderes celestiais, deuses inferiores, mensageiros e figuras mediadoras. Nós só podemos ter uma vaga idéia de como, neste mundo antigo, as forças pessoais em natureza e sociedade eram pensadas em termos de uma permanente interação. No entanto, o quadro geral que se poderia depreender do Antigo Testamento é por demais desconcertante e desconexo para permitir que nos aprofundemos nele agora. Por ora, contentemo-nos com a constatação de duas versões extremas: Em alguns textos, a economia de forças deste mundo aparece de um modo muito humanamente simples, com uma estruturação horizontal, por assim dizer: é o que ocorre quando Abrão recebe a visita do próprio Deus em sua tenda (Gn 18. 1ss), ou quando, no Jaboque, Jacó quase derrota o demônio do rio (Gn 32.23ss). No lado oposto, encontramos pirâmides verticais de poder: nos testemunhos acerca da corte celestial de Javé (cf. 1 Rs 22.19ss; Sl 82), nas camadas que atribuem ao cargo do profeta uma função mediadora central entre Deus e os seres humanos (cf. Dt 18.9ss; Jr. 14), ou nos escritos sacerdotais, com suas precisas noções de santidade graduada e dos grupos sacerdotais e sociais coordenados (cf. Lv 21; Ez 40-48). Como se pode ter chegado a interpretações de poder tão radicalmente diferentes em Israel?

Conclusão provisória: A partir do Antigo Testamento, o mundo parece uma economia fechada com muitos poderes concebidos em termos pessoais. Se quiser sobreviver, o ser humano precisa se entender com esses poderes em todas as direções.

B. Israel: libertação e sofrimento

O passado clama por interpretação. Interpretação é uma coisa penosa e perigosa, pois — ao contrário do que disse há pouco tempo um participante de um pré-seminário — de forma alguma trata de arrancar a

todo custo algo aproveitável dos textos. A interpretação analisa as situações na distância histórica, procura possíveis analogias de vida e de estrutura hoje em dia, ousa, com base nessa visão bipolar da realidade, adiantar conclusões comparativas e orientadoras. Nisto reside também o perigo: os resultados da exegese raramente estão de acordo com a pré-compreensão ou com o pré-conceito. Ou isto de fato acontece na prática? Neste caso, ai de nós!

Vamos agora procurar reconhecer em três ou quatro pontos da longa história de Israel com suas variegadas constelações, algo sobre a experiência fundamental de poder e impotência. O ponto de partida é, de cada vez, uma forma de organização social, pois é de se supor que justamente também a experiência de poder associa Deus estreitamente à estrutura social vivida.

1. Poder de Deus na família. Nas mais antigas camadas do Antigo Testamento, a estrutura da família e do clã é ainda a única determinante. Mais tarde, formas secundárias de organização (tribo, liga de tribos, Estado, organização do templo) se sobrepõem crescentemente a ela. Mas ela continua a existir através de todas as profundas mudanças havidas e ainda persiste, como comunidade religiosa, no judaísmo e, em minguados restos, também no cristianismo. Na família e no clã véterotestamentários, o chefe da família ou o mais velho mediava a autoridade de Deus. Porém não exclusiva e arbitrariamente! Possivelmente havia, antes ou ao lado da responsabilidade patriarcal pelo Deus do clã, cultos domésticos aos cuidados de mulheres. Raquel e Mical lidam com objetos culturais domésticos sem serem censuradas (Gn 31 e 1 Sm 19.13ss). Em todo o caso, porém, a norma do clã, divinamente sancionada, era mais forte do que o chefe da família. Assim, Judá tem que admitir a Tamar, sua nora, cujo delito de prática de prostituição havia sido provado, que ela é mais justa do que ele próprio (Gn 38.26). E Jonadabe, que conhecemos por seu zelo por Javé na revolução de Jeú (2 Rs 10.15ss), estatui normas que, séculos mais tarde, ainda são observadas em seu clã, principalmente pelos homens (Jr 35). É porque elas são reconhecidas como compromissivas e mantidas no consenso familiar e religioso. Só se deveria falar de arbitrariedade patriarcal nos casos em que há desvios da norma vigente que, também naquela época, eram compreendidos como abusos. A menção paritária de pai e mãe no mandamento referente aos pais e em textos sapienciais repousava sobre pai e mãe, e não apenas sobre o pai. Essa autoridade compreendia o pleno poder de dispor dos filhos e escravos, originalmente por certo até a pena de morte (cf. Dt 21.18-21).

Os demais direitos de propriedade pertenciam sobretudo ao chefe de família.

Façamos uma tentativa de compreender: o poder de Deus torna-se experimentável, no nível mais baixo da socialização em Israel (e por certo também no Antigo Oriente), através da tradicional estrutura de autoridade em família e clã. Ela se realiza estritamente em relação com o **grupo** e as necessidades vitais deste. Também o poder cósmico sofre uma transformação, sendo puxado para baixo e ajustado ao horizonte grupal. É o que se pode inferir de nomes de pessoas em que aparece o nome de altos deuses. Por onipotência, poder sobre a história, poder de criador do mundo não há procura no grupo pequeno. A família experimenta poder em hostilidade e proteção frente à hostilidade, em bem-estar e doença, nas normas do clã e na transgressão delas. O poder não é idêntico com a autoridade do chefe da família, também não com a força produtiva do clã. Ele é força vital coletiva, concedida pela divindade do clã, potência elementar de sobrevivência, representada pelo pai de família e graduada por entre todos os membros do grupo. O poder está aí para o uso doméstico do grupo como um todo, é importante na medida em que questiona o grupo ou lhe traz proveito e na medida em que possibilita a vida de todos e de cada um. Neste nível, o poder é, ao que parece, sobretudo pessoal e utilizável. “Se Deus for comigo, e me guardar na jornada que faço, e me der pão para comer e roupa para vestir, e me levar em paz de volta para a casa de meu pai, então o Senhor será o meu Deus”, diz Jacó antes de sua grande viagem à Mesopotâmia (Gn 28.20s).

É um idílio então esse jogo de forças harmônico, centrado no clã, de caráter pessoal? Vamos testar sua inocência e perguntar: Houve aí conflitos ou abuso de poder? Sem dúvida! As histórias dos patriarcas também podem ser lidas como uma série de brigas de família. Na expulsão de Hagar (Gn 16; 21) por Sara e Abrão, a sentença de morte sobre a rival é pronunciada, contra todo direito — confira as determinações de proteção da primogenitura em Dt 21.15-17 —, a partir do estreito interesse próprio. Só que o narrador acentua que Deus não estava de acordo com isso. A rejeitada e seu filho são salvos no deserto. Controle de poder já dentro do clã! Crítica do abuso de poder patriarcal — um sinal para prestar atenção! Será que o Deus da família está interessado especialmente nos membros fracos? Talvez porque ele, na qualidade de chefe propriamente dito, pertence à comunidade e registra toda injustiça praticada contra desamparados como uma afronta à sua própria autoridade? Mas o que aconteceu com os muitos que “estavam em necessidade, en-

divididos e de coração amargurado" (1 Sm 22.2), moravam em áreas inacessíveis e muitas vezes podem ter morrido lá?

E a outra pergunta-teste: A fé dos clãs do Israel dos primeiros tempos alguma vez experimentou Deus como impotente? Sem dúvida! A referência ao menor e mais fraco clã (cf. Jz 6.15: Gideão; 1 Sm 18.18: Davi) tornou-se uma expressão retórica corrente, com a qual se manifestava humildade. E as autênticas orações de lamentação individuais muitas vezes culminavam na pergunta acusadora: "Até quando, Javé, vais te esquecer de mim tanto assim?" (S1 13.1). "Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?" (S1 22.1). Inoperância, ausência, ineficácia e ira do Deus pessoal, isto é, do Deus do clã, eram provavelmente as principais tribulações da pequena comunidade de fé. Nós experimentamos coisas semelhantes quando temos de consolar-nos de golpes do destino em nossas famílias de hoje.

Resultado provisório: A luz e a sombra do exercício de poder sob os olhos da divindade estão muito próximas uma da outra já no grupo pequeno. Os relacionamentos humanos mais íntimos não estão livres de domínio. O "ele será teu senhor" na maldição dirigida à mulher em Gn 3.16 soa aos meus ouvidos antes como uma afirmação lamentadora e patriarcal-consciente de culpa, assim como o pressupõe a proibição do assenhorear-se um do outro em Lv 25.43, 46. A bem-aventurança: "Oh! Como é belo e agradável quando os irmãos vivem em concórdia!" (S1 133.1) revela que se conhecem muitos fatores que põem em perigo a paz doméstica. O filho revoltoso que apanha quase até morrer (cf. Pv 19.18) ou que realmente é apedrejado conforme a lei (cf. Dt 21.18ss), a filha que se torna literalmente vítima de voto imprudente do pai (Jz 11), as mulheres daquele homem colérico e sedento de vingança chamado Lameque (Gn 4.23ss) — todos eles teriam muito a dizer sobre o peso da autoridade familiar divinamente sancionada. Nós acrescentamos a partir de nossa atual perspectiva: o rígido patriarcalismo, a acanhada relação com o próprio pequeno grupo e, conseqüentemente, a exclusão e o rebaixamento do outro, do não-parente (cf. Jz 19, o crime em Gibéa), nos são insuportáveis. Por outro lado, reconhecemos na grande família do antigo Israel as estruturas de uma comunidade em que o poder parece ter a maior possibilidade de ser controlado. Seus traços pessoais, solidariantes e assistenciais são claramente reconhecíveis. A divindade está ligada ao grupo, mas não é completamente absorvida por ele. Cada indivíduo recebe sua possibilidade de vida na e para a comunidade. Aqui surgem realmente inúmeros pontos de contato para a discussão, hoje presente em toda parte — também nas igrejas? —, sobre a forma, fun-

ção e religião de pequenos grupos de toda espécie, que dariam ao indivíduo possibilidades de integração e desenvolvimento.

2. Poder de Deus na sociedade. Infelizmente, temos de ser extremamente breves agora e só podemos aludir aos problemas que surgem em níveis superiores de organização social.

Grupos de pré-israelitas e, através da mediação destes, também as associações de tribos em formação fizeram, mais ou menos do séc. XII até o séc. XI a.C., experiências totalmente novas com o poder divino. No Mar Vermelho, no ribeiro de Quisom e na planície de Jezreel, bem como em alguns outros lugares, por ocasião de escaramuças e conflitos com os povos vizinhos e através do lento fortalecimento do "povo de Israel", Javé, o Deus salvador e libertador, revelou-se como poderosíssimo parceiro de pacto dos israelitas. Ele proporcionou vitória sobre inimigos tecnicamente muito bem armados; compensou o atraso cultural em relação aos habitantes da cidade possuidores de grande formação e muitos recursos; colocou-se ao lado dos elementos socialmente inferiores e errantes e lhes possibilitou uma existência econômico-política autônoma. Essas variegadas experiências de libertação — não só o êxodo do Egito — foram constitutivas para a fundamentação da fé em Javé em Israel. O poder concebido por Javé é, desde o princípio, disposto como poder étnico-nacional ou, em termos mais neutros, como poder relacionado com o todo da sociedade. Ele se confirma na defesa contra inimigos superiores e na imposição de exigências elementares próprias, de Israel. Trata-se, primeiro, da violência revolucionária de oprimidos que, fortalecidos pela experiência e pela fé, têm condições de reprimir e extinguir grupos concorrentes. Os cânticos de vitória da época, especialmente Ex 15.21 e Jz 5, não mostram qualquer traço de crítica do poder, regalando-se, pelo contrário, com a idéia da ruína dos inimigos. Esse poder salvador de Javé, empregado em favor de escravos e trabalhadores explorados, é justificado — na compreensão dos contemporâneos, de gerações posteriores e, por fim, de acordo com nosso juízo atual? Possui ele qualidade de revelação, de modo que, a rigor, deveria ter lugar na nossa confissão de fé? Podem-se comparar as situações de libertação de Israel com as guerras de libertação de nossa época? E o que haveremos de concluir das "guerras de Javé" em favor de seu povo para a confrontação das potências mundiais hoje em dia?

As perguntas se tornam mais agudas na fase seguinte da formação do Estado israelita. Com a fundação de pequenas monarquias sob Abimeleque, Saul e Davi, depois, de modo definitivo, no grande reino de Davi e de Salomão, Israel se estabiliza como Estado nacional assumin-

do, num primeiro momento, uma atitude defensiva em relação aos povos vizinhos, mas tornando-se, então, cada vez mais ofensivo e imperiaalista, como é comum entre as superpotências — não só da antiguidade. Tem início, provavelmente em círculos próximos da corte, a glorificação do poderio senhorial de Deus e do rei, mais ou menos nos moldes pré-estabelecidos das ideologias reais do Antigo Oriente. Javé se transforma no Deus nacional, no garantidor da dinastia davídica, sim, no pai de Davi!, no glorioso habitante do templo situado ao lado do palácio real, no Deus local da metrópole de Jerusalém, no protetor de todas as instituições nacionais, no defensor e ampliador do reino, no combatente contra os povos e deuses vizinhos, no impiedoso juiz dos inimigos. Alguns grupos em Israel — é o que mostram, entre outros, textos como os salmos de Sião (Sl 46; 48; 76), os profetas de salvação do livro de Jeremias (cf. Jr 28) e os adversários de Miquéias em Mq 3 — por vezes sucumbiram à embriaguez do poder, que aparece sempre que grandes sociedades se tornam conscientes da força de irradiação de sua própria política, economia ou cultura e começam a deliciar-se com o reflexo de seus próprios sucessos. O domínio israelita não deveria estender-se apenas de Dã até Berseba — abrangendo, portanto, aquela estreita faixa de terra montanhosa na Palestina, de cerca de 230 km de comprimento —, mas sim desde o Eufrates até a divisa do Egito (Gn 15.18; Js 1.4). Em reflexos posteriores da idéia do grande reino, a incumbência de domínio do rei judaico se estende até as extremidades da terra (cf. Sl 2).

No entanto, não devemos imaginar-nos a evolução em direção a uma teologia nacionalista como uma linha reta ou um processo que tenha transcorrido sem contestação. Podemos reconhecer pelo menos dois movimentos contrários. O primeiro deles já estava por assim dizer embutido na ideologia real do Antigo Oriente, baseando-se na antiqüíssima cultura jurídica do Oriente. De acordo com ela, o rei é, em termos ideais, o pastor de seu povo. Cabe-lhe, por força do ofício, zelar pela justiça compensatória. Cabe-lhe, em especial, o dever de abrir e garantir possibilidades de vida para o fraco. Hamurabi da Babilônia, cuja obra jurídica está no museu de Louvre, foi apenas o último de uma longa série de monarcas que procuraram corresponder à sua tarefa em legislações abrangentes. O Sl 72 está situado nessa tradição:

O rei deve fazer justiça para os miseráveis do povo, ajudar os pobres e esmagar os opressores (Sl 72.4).

Em segundo lugar, a contestação se expressa em vozes isoladas. A fábula de Jotão formula a aversão de associações livres de clãs contra as tendências centralistas da monarquia:

Foram as árvores a ungir um rei sobre si e disseram à oliveira: Sê nosso rei! Porém a oliveira lhes respondeu: Acaso hei de deixar meu óleo, que deuses e seres humanos em mim enaltecem, e ir pairar sobre as árvores? (Jz 9.8s)

Vejam só: um rei é um vagabundo sem raízes, que se atreve a dar ordens aos outros! Só o espinheiro é atrevido ao ponto de aceitar o convite (vv. 14s). — As vozes isoladas tornam-se mais numerosas na época do reinado. Embora não mais possamos simplesmente retrojetar os livros dos profetas em bloco para a história pré-exílica, restam notícias suficientes sobre a atuação dos homens de Deus, de características peculiares e de cunho oposicionista. A crítica profética não se dirigia apenas contra o culto a Baal e a Acherá — contra os cultos cananeus, portanto —, mas, em essência, também contra a aspiração de tornar-se uma superpotência, o absolutismo, alianças problemáticas, injustiça social, presunção e ostentação das classes dirigentes, hipocrisia e falsa confiança em Javé. Essa oposição se alimenta de diversas fontes: antigas tradições de clãs e tribos, múltiplas decepções com o reinado, reflexão e responsabilidade teológica.

Resultado provisório: As experiências de Israel com poder social superior e sobretudo o protesto que se faz sentir em Israel contra domínio e opressão nos estimulam a fazer uma cuidadosa análise teológica de nossa própria situação em termos de poder. Com efeito, com a instituição de condições democráticas e de diversos modelos de co-gestão as questões fundamentais da justiça e da dignidade humana não estão resolvidas. Podemos congratular-nos pelo fato de que, com seus testemunhos da época do reinado, o Antigo Testamento manteve aberta a discussão em torno da ordem social correta e adequada ao longo de toda a tradição judaica e cristã.

3. Poder de Deus na comunidade. Com o exílio tem início a fase decisiva da reflexão teológica em Israel. Não há necessidade de descrever o que significou para o povo humilhado o fim da existência como Estado autônomo, a perda dos símbolos nacionais, de trono e altar. O livro das Lamentações dá uma idéia do estado desolador de Jerusalém e Judá, da desesperança geral da população vencida.

Nessa época de impotência coletiva, em que se pergunta temerariamente se a derrota de Israel não significaria a partida definitiva do Deus-libertador Javé (cf. Is 40.27; Jr 44; Ez 8.12), o povo se organiza em comunidades individuais e sob uma reivindicação teocrática. Em tal ambiente são fixadas as diretrizes teológicas para os séculos vindouros. Na

experiência de sofrimento e impotência logram-se avanços na percepção de Deus que, até hoje, em parte ainda não assimilamos realmente. Alguém sabe — e leva esse saber a sério — o que significa um Deus único e universal, o alfa e o ômega de tudo o que existe? Na época do exílio, também a atitude para com o poder mudou em Israel. É verdade que também após a catástrofe ainda havia aspirações nacionalistas de hegemonia, sim, aqui e ali elas também foram idealizadas e sobrelevadas escatologicamente. Do ponto de vista humano, isto é compreensível e diretamente explicável a partir do destino sofrido por Israel. Todos os povos não de vir e lambe os pés dos israelitas (Is 49.23); Jerusalém se transformará em pedra de toque e cilada para o mundo todo (Zc 12); Davi volta como senhor do mundo (Mq 5.1-3; S1 2). Mais surpreendentes — porque não deriváveis — são as concepções de Deus e mundo, poder e interesses que encontramos em alguns textos posteriores. São elas que constituem propriamente o fermento para a ulterior história da teologia.

a) Ao lado do isolamento nacionalista ocorre, aqui e ali, uma admirável abertura para fora, que corresponde inteiramente ao universalismo monoteísta de Deuteroisaiás. O poder de Deus não pode mais ser apreendido por um grupo. Alguns exemplos: castrados e estrangeiros, que antes só tinham um direito muito limitado de entrar na assembléia de Javé (cf. Dt 23), agora podem tornar-se membros da comunidade em sentido pleno (Is 56). As horríveis maldições dos outros povos — as quais, conforme antiqüíssima tradição, representavam armas poderosas na luta pela existência nacional — dão, aqui e ali, lugar à idéia de uma salvação comum: “Naquela época Israel será o terceiro com os egípcios e assírios, uma bênção no meio da terra” (Is 19.24). A Nínive, a quinta-essência do brutal domínio assírio de tempos passados, é anunciada e efetivamente dada graça — contra a obstinada ortodoxia do profeta (!) Jonas (Jn 4). As multidões de peregrinos em Jerusalém, oriundas de muitos países, inspiram o salmista a oferecer a todos os estrangeiros o direito de cidadania na cidade santa (S1 87). Numa palavra: em meio à mais profunda humilhação, abrem-se os olhos de alguns pensadores e comunidades. Todos os seres humanos vivem da mesma e única fonte divina de força. Direitos iguais para todos os povos é a única consequência possível. Quem vive da força do único Deus e Criador precisa aprender a abrir mão do exercício de poder **contra** os outros. Uma única e mesma paz vale para todos.

b) Em alguns textos escatológicos e apocalípticos continuam existindo esperanças de uma restauração da autonomia nacional de Israel. No entanto, ao lado disso e com crescente clareza, a força dos povos é

contraposta ao agir do único Deus. Concepções antropológicas e cosmológicas passam para o primeiro plano. O poderio dos seres humanos e das nações é vão. O indivíduo e a humanidade se transformam num joque de poderes antidivinos, até que Deus através de seu Juízo, crie um novo estado de salvação. O poder decisivo está com Deus. Onde um componente messiânico entra no drama do final dos tempos, o messias é, originalmente, o vice-regente divino, assim como outrora o rei terreno pela graça de Deus. Caracteristicamente, porém, existe também a variante do messias pobre e humilde. “Eis aí (Sião) te vem o teu rei, justo e salvador, pobre, montado num jumento, cria de jumenta. Pois eu quero remover os carros (de guerra) de Efraim (...) e o arco de guerra será destruído. Pois ele dará paz às nações...” (Zc 9.9s). Isto é, sem dúvida, um fruto da reflexão teológica, provavelmente comunitária, sobre o sentido e o objetivo do poder de Deus.

c) No exílio o sofrimento e a impotência de Israel — e nós deveríamos entendê-lo também como sofrimento e impotência de seu Deus — tornam-se transparentes para uma renovação neles oculta. Mais tarde, no Novo Testamento, essa percepção nascida de perseguição e dor é exposta mais amplamente, o que é feito sobre o pano de fundo de uma esperança mais fortemente voltada para o além. No Antigo Testamento, as experiências com a mais extrema impotência transparecem com a maior clareza nos cânticos do servo de Javé de Deuteroisaiás. O sofrimento não é mais simplesmente um mal deplorável. Bem para além de uma elevação mística ou masoquista, a impotência experimentada — bem como a ignomínia e a tortura até a morte por isso provocadas — surge como o solo fértil que já encerra os germes de nova vida. A mais preciosa experiência de todos os martírios: o poder divino não está lá onde os verdugos se dedicam a seu ofício, mas justamente lá onde se enfrenta a violência sem recursos. Como isso é possível? Algumas afirmações do Antigo Testamento dão a entender que, após a experiência de exílio feita por Israel, Deus é capaz de trocar de papel. Ele abandona as estruturas sociais piramidais de poder e se estabelece bem lá em baixo, junto aos sofredores. Talvez aqui sejam retomadas lembranças da solidariedade da divindade do clã ou do dever de assistência por parte do Deus nacional. Em Paulo se lê o oráculo divino: “Minha força é poderosa nos fracos” (2 Co 12.9). Mas já no Antigo Testamento vai se preparando essa revolução das estruturas de poder. Ela possui uma forte expressão na tradição sobre Jesus e perpassa a história da Igreja. O poder não é negado, não é embelezado nem endiabrado. Ele é deslocado e troca de função. Como poder do fraco e para o fraco ele se torna fundamento da salvação. Quem, co-

mo o servo de Javé, resiste à tortura, coloca tudo o que pode a serviço dos outros e supera, assim, o fatal egocentrismo do poder que goza de reconhecimento social. “Poder” adquiriu uma qualidade totalmente nova.

d) A partir desse ponto final de uma reflexão exílica sobre o poder de Deus dever-se-ia passar mais uma vez em revista todo o Antigo Testamento. Então constataríamos com admiração em quantas passagens a força de Deus intervém em favor dos fracos e sofredores. Os legisladores de diversas épocas procuraram apoiar o fraco e desamparado. Conhecidas são as determinações de Dt 15 e Lv 25, p. ex. Será que se trata de pura utopia quando Dt 15.4 exige: “Não deveria haver nenhum pobre entre vós” e logo depois, no v. 11, descreve a realidade infelizmente tão contrária? Ou quando Lv 25 pretende reduzir as condições de propriedade a um estado igualitário a cada cinquenta anos? — Os profetas defendem com veemência as vítimas de violência econômica ou política. Por fim, alguns salmos dão a entender que, na era pós-exílica, havia comunidades inteiras de miseráveis e pobres, provavelmente na terra plana explorada ou em bairros pobres das cidades (cf. Ne 5; Sl 9/10; 49). O culto e a estrutura comunitária de tais comunidades de pobres contrastam, pois, com a estruturação de poder da sociedade competitiva. Aqui a teologia do servo sofredor de Javé pôde se desdobrar e a teologia da cruz do Novo Testamento se preparar.

C. Temos que parar por aqui. Permitam-me fazer ainda três observações:

1. Israel experimentou e refletiu sobre o poder e a impotência de Deus em diversos níveis sociais. Em toda a parte — isto não é uma tentativa de sistematização! — está em jogo a imposição e a defesa da vida contra os poderes da morte. Por conseguinte, um primeiro critério do poder divino é a promoção da vida. A nós cabe a tarefa de definir hoje o que é vida.

2. No Antigo Testamento, a identificação, corrente de poder divino com autoridade social — que na maioria das vezes não passa de uma impostura — é em parte assumida e em parte severamente criticada. A partir de nossas próprias e dolorosas experiências com concentrações de poder, haveremos de apropriar-nos principalmente da crítica e procurar possibilidades de transformar estruturas egocêntricas existentes e de colocar o poder genuinamente a serviço das pessoas.

3. No Antigo Testamento, os sem-poder têm um significado especial. Durante muito tempo, Israel desempenhou o papel de um povo inferior e explorado. Os inferiores, porém, são sempre fornecedores de

poder; os poderosos se apropriam do poder. Tanto naquela época quanto hoje, não se trata apenas de devolver força e possibilidade de vida aos sem-poder: neles repousa sempre de novo a esperança de que, no sofrimento, tenham reunido a sabedoria para inaugurar uma ordem melhor. Deus é de fato poderoso nos fracos.

Tradução: Luís M. Sander